

**Balanco patrimonial em 31 de dezembro** (em milhares de reais)

Ativo	2016		2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	103.668	96.848	155.381	155.571
Aplicações financeiras (Nota 7)	200.802	384.992	268.007	439.336
Contas a receber (Nota 8)	-	-	82.353	74.790
Estoques	-	-	16.366	-
Partes relacionadas (Nota 9)	46.064	-	-	-
Outros ativos	13.945	13.141	26.009	49.813
<b>Ativos não circulantes mantidos para negociação</b>	<b>364.479</b>	<b>494.961</b>	<b>548.116</b>	<b>719.510</b>
Não circulante	-	-	29.712	30.084
Realizável a longo prazo	-	-	-	-
Contas a receber (Nota 8)	-	-	43.115	36.795
Partes relacionadas (Nota 9)	113.354	-	21.225	-
Depósitos judiciais (Nota 15)	-	-	14.535	16.426
Outros ativos	3.913	-	8.966	8.966
	117.267	-	87.474	62.187
Investimentos (Nota 10)	446.699	390.197	85.841	31.760
Imobilizado	-	-	84	102
Intangível (Nota 11)	9.267	9.267	2.245.908	2.138.354
	573.233	399.464	2.419.308	2.232.403
<b>Total do ativo</b>	<b>937.712</b>	<b>894.445</b>	<b>2.997.136</b>	<b>2.981.997</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

**Passivo e patrimônio líquido**

Circulante	2016		2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
<b>Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 12)</b>	-	-	67.209	175.617
Fornecedores	59	180	81.550	154.047
Obrigações sociais e trabalhistas	3.030	3.064	33.636	35.345
Credor pela aquisição da concessão (Nota 13)	-	-	3.572	3.572
Impostos, taxas e contribuições	13.503	7.130	19.500	11.177
Dividendos propostos (Nota 16 (c))	25.737	20.714	25.737	20.714
Parcelamentos	-	-	17.700	1.487
Outros passivos	566	443	13.099	15.621
	42.895	31.531	262.003	417.580
<b>Não circulante</b>				
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 12)	-	-	1.317.643	1.186.432
Fornecedores	-	-	163	22.988
Partes relacionadas (Nota 9)	-	-	55.121	40.942
Credor pela aquisição da concessão (Nota 13)	-	-	22.017	22.789
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 14 (a)(ii))	-	-	126.270	131.885
Provisões para contingências (Nota 15)	-	-	36.572	47.991
Provisões para perdas de investimento (Nota 10)	-	-	1.166	-
Outros passivos	-	-	26.316	4.603
	-	-	1.166	1.584.102
<b>Patrimônio líquido (Nota 16)</b>				
Capital social	595.583	595.583	595.583	595.583
Reserva de capital	260.076	260.076	260.076	260.076
Ajuste de avaliação patrimonial	(1.269)	(763)	(1.269)	(763)
Reserva de lucros	40.427	6.852	40.427	6.852
	894.817	861.748	894.817	861.748
Participação dos não controladores	-	-	256.214	245.039
	-	-	1.151.031	1.106.787
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>937.712</b>	<b>894.445</b>	<b>2.997.136</b>	<b>2.981.997</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

**Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro** (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2016		2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
<b>Operações continuadas</b>				
Receita líquida (Nota 17)	-	-	825.022	858.147
Custos de construção (Nota 18)	-	-	(186.738)	(276.104)
Custos dos serviços prestados (Nota 19)	-	-	(287.261)	(358.976)
<b>Lucro bruto</b>			<b>351.023</b>	<b>223.067</b>
<b>Resultados operacionais</b>				
Resultado de participação societária (Nota 10 (ii))	-	-	10.932	5.474
Gerais e administrativas (Nota 19)	(21.349)	(18.941)	(127.259)	(94.425)
Outras receitas (despesas, líquidos)	-	-	463	603
<b>(Prejuízo) lucro operacional</b>	<b>(10.417)</b>	<b>(13.467)</b>	<b>124.467</b>	<b>130.174</b>
Resultado de participação societária	-	-	2.907	(7.645)
Resultado financeiro, líquido (Nota 20)	61.958	49.532	(75.796)	(52.498)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>51.541</b>	<b>36.065</b>	<b>51.578</b>	<b>70.031</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido (Nota 14)	(12.943)	(6.698)	(8.359)	(30.672)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>38.598</b>	<b>29.367</b>	<b>43.219</b>	<b>39.359</b>
<b>Atribuível a</b>				
Acionistas da companhia	-	-	38.598	29.367
Participação dos não controladores	-	-	4.621	9.992
	-	-	43.219	39.359
<b>Lucro por ação atribuível aos acionistas da companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação) (Nota 21)</b>	<b>0,06</b>	<b>0,05</b>		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

**Demonstração do resultado abrangente**

Exercícios findos em 31 de dezembro	(em milhares de reais)	
	Controladora	Consolidado
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>38.598</b>	<b>29.367</b>
<b>Outros componentes do resultado abrangente</b>		
Ajuste de avaliação patrimonial (Nota 16 (b))	(3.137)	6.068
Ajuste de conversão de investidas no exterior (Nota 16 (b))	20	20
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>35.481</b>	<b>35.435</b>
<b>Atribuível a</b>		
Acionistas da companhia	35.481	35.435
Participação dos não controladores	-	-
	35.481	35.435

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

**Demonstração do resultado abrangente**

Exercícios findos em 31 de dezembro	(em milhares de reais)	
	Controladora	Consolidado
<b>Lucro do exercício</b>	<b>38.598</b>	<b>29.367</b>
<b>Outros componentes do resultado abrangente</b>		
Ajuste de avaliação patrimonial (Nota 16 (b))	(3.137)	6.068
Ajuste de conversão de investidas no exterior (Nota 16 (b))	20	20
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>35.481</b>	<b>35.435</b>
<b>Atribuível a</b>		
Acionistas da companhia	35.481	35.435
Participação dos não controladores	-	-
	35.481	35.435

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

receita, contrapartida do ativo intangível, é estimada considerando os investimentos efetuados pelo Grupo na aquisição, melhoria e formação da infraestrutura e a respectiva margem de lucro, quando aplicável, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da concessionária na formação do seu ativo intangível. O ativo intangível tem sua amortização iniciada a partir da data em que encontra-se disponível para ser utilizado nas operações da correspondente controlada, sendo que os investimentos realizados são avaliados a valor de custo do investimento e classificados como intangível em formação, equivalente à infraestrutura em formação de cada concessionária. A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pelas controladas, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. **(b) Ação:** O ágio resultante da aquisição de controladas e, neste caso, representa o excesso da (i) contraprestação transferida, (ii) do valor da participação de não controladores na aquisição, quando aplicável e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida, quando aplicável, e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. **(c) Direitos de outorga da concessão:** O direito de explorar a concessão foi reconhecido na rubrica "Direito de outorga da concessão", no ativo intangível (Nota 11 (a)). As respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) estão registradas no passivo circulante e não circulante na rubrica de "Credor pela aquisição de concessão". O direito de outorga da concessão foi registrado ao custo de aquisição a valor presente, sendo a amortização calculada pelo padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros. **2.11 Empréstimos, financiamentos e debêntures:** Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Instrumentos financeiros, inclusive debêntures que são obrigatoriamente resgatáveis em uma data específica são classificadas como passivo. Os encargos incidentes sobre as debêntures e a amortização dos custos de transação são reconhecidos na demonstração do resultado como despesa financeira. **2.12 Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são reconhecidas pelo valor justo e são classificadas como passivos circulantes, exceto quando prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante e estão reconhecidas inicialmente ao valor justo, que em geral corresponde ao valor da fatura e, subsequentemente, ao custo amortizado. **2.13 Credor pela aquisição da concessão:** Os credores pela concessão que representam as obrigações a pagar pelo direito de explorar a concessão e são registrados no passivo circulante e não circulante, inicialmente ao valor justo, e subsequentemente pelo custo amortizado. **2.14 Provisões:** As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e impostos indiretos) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente e mensurável que foram adequadamente estimadas com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidação é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. **2.15 Provisão para despesas de construção:** A provisão no curso do tempo é reconhecida como despesa financeira. **2.16 Reconhecimento de receita:** **(a) Recetas de serviços: Bilieteria de mobilidade urbana:** A receita de venda de bilhetes compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a renda pela comercialização de serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, quando aplicável. **Espaços publicitários e comerciais:** A receita de espaços publicitários e comerciais do Grupo é proveniente da exploração de espaços publicitários, sendo registrada de acordo com a veiculação da publicidade contratada, cujo prazo médio de veiculação das campanhas, na maioria dos casos, é de uma semana. **(b) Recetas de serviços: Bilieteria de mobilidade urbana:** A receita de serviços, representados principalmente pela aquisição de ativos e serviços, para a realização de melhorias na infraestrutura do sistema ferroviário. A margem apurada para esta receita é próximo a zero, pois não há operação nos ativos enquanto estão sendo construídos. **(c) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.16 Lucro por ação:** A Companhia efetua os cálculos do lucro por lote de ações utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado por ação. **2.17 Arrendamento mercantil:** O grupo possui arrendamento mercantil financeiro, onde há transferência substancial do risco de crédito e da propriedade do ativo. As margens são calculadas no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. **2.18 Normas novas que ainda não estão em vigor:** As seguintes principais normas novas foram emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) mas não estão em vigor para o exercício de 2016. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC): IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no CPC 48 para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção; IFRS 15/CPC 47 - "Receta de Contratos com Clientes" - Essa norma trata dos princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 18 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A Administração está avaliando os impactos de sua adoção; e IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil" - com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais. A Administração está avaliando o impacto de sua adoção; IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. A Administração está avaliando os impactos de sua adoção. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC relevantes que ainda não tenham entrado em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas:** As principais premissas e estimativas contábeis críticas da Companhia e suas controladas estimam e atualizam as provisões para as perdas prováveis decorrentes desses processos, com base no histórico de desfechos em seus processos e em taxa média de êxito calculada em conjunto e com amparo da opinião de seus consultores legais externos. A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos trabalhistas, cíveis e tributários. Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais. **4. Gestão de risco financeiro: 4.1 Fatores de risco financeiro: (a) Considerações gerais:** As atividades da Companhia e suas controladas são expostas a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco cambial, risco de crédito e exposição a risco de taxa de juros. O programa de gestão de risco do Grupo se concentra na identificação dos riscos financeiros e nos mecanismos de mitigação de risco, visando o desempenho financeiro da Companhia e suas controladas.

**Demonstração dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro** (em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2016		2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>51.541</b>	<b>36.065</b>	<b>51.578</b>	<b>70.031</b>
<b>Lucro do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social</b>				
Depreciação e amortização	-	-	68.631	52.503
Resultado de equivalência patrimonial	(10.932)	(5.474)	(2.907)	7.645
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidos	(65.182)	-	72.652	114.991
Outros	-	-	8.172	(35.035)
<b>Caixa (aplicado nas) proveniente das operações</b>	<b>(24.573)</b>	<b>30.591</b>	<b>198.126</b>	<b>209.235</b>
Variações nos ativos e passivos: Contas a receber	-	-	(23.953)	(26.275)
Outros ativos	4.899	(12.107)	(3.943)	(13.149)
Impostos, taxas, salários e contribuições sociais	(121)	180	(98.313)	65.720
Outros passivos	(6.604)	3.496	(6.854)	3.781
<b>Caixa proveniente das (aplicado) operações</b>	<b>(1.703)</b>	<b>(7.988)</b>	<b>(100.084)</b>	<b>(5.273)</b>
Juros pagos	-	-	(122.142)	(127.083)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.890)	(1.034)	(4.527)	(1.505)
<b>Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais</b>	<b>(30.166)</b>	<b>21.569</b>	<b>(28.627)</b>	<b>75.374</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>				
Adições ao investimento em participações societárias	(47.244)	(30.894)	(53.945)	(32.151)
Adições ao imobilizado	-	-	-	(55)
Adições ao intangível	-	-	(118.434)	(199.071)
Aplicações financeiras	223.854	(385.007)	223.854	(385.807)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>176.610</b>	<b>(415.901)</b>	<b>51.475</b>	<b>(617.084)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>				
Dividas de curto e longo prazos, líquida	-	-	153.606	100.469
Captações	-	-	(166.716)	(32.308)
Amortização de empréstimos	-	-	-	-
Partes relacionadas	-	-	-	-
Recursos liberados	(139.624)	-	(19.624)	-
Aumento de capital social	-	-	276.329	9.151
<b>Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamentos</b>	<b>(139.624)</b>	<b>276.329</b>	<b>(23.038)</b>	<b>349.248</b>
Efeito de caixa das empresas controladas na consolidação	-	-	-	1.320
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa no início do exercício</b>	<b>6.820</b>	<b>(118.003)</b>	<b>(190)</b>	<b>(191.142)</b>
<b>Caixa e equivalente de caixa no final do exercício</b>	<b>103.668</b>	<b>96.848</b>	<b>155.381</b>	<b>155.571</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

A gestão de risco realizada pela Companhia segue as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A política determina a identificação, mensuração e controle dos riscos de todos os negócios do Grupo, apoiando a decisão sobre o tratamento a ser dado a cada risco considerado relevante ao negócio (mitigação, transferência ou aceitação). A Tesouraria Corporativa e de suas controladas atuam na contratação efetiva junto ao mercado financeiro de instrumentos de hedge de risco (derivativos). O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial e risco de taxa de juros. **(b) Gerenciamento de riscos:** A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e preços e ao risco de crédito decorrente da possibilidade de inadimplimento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber. A Companhia e suas controladas adotam procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos de manutenção do caixa mínimo e do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição de seus ativos e passivos, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio líquido. **(c) Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia e suas controladas, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de assegurar a liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio. **(d) Risco de crédito:** As operações que sujeitam a Companhia e suas controladas à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde ficam expostas ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia e suas controladas mantêm contas correntes bancárias com instituições financeiras consideradas pela administração como de primeira linha. Segundo avaliação da administração da controlada SuperVia, há um risco de crédito substancialmente derivado da possibilidade de Governo do Estado do Rio de Janeiro não honrar seus compromissos. A investidora monitora esses recebíveis frequentemente. **(e) Exposição a riscos de taxa de juros:** A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de que uma variação de taxas de juros cause um aumento ou diminuição na sua despesa ou receita financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda nacional está sujeita à variação da taxa da TJLP ("Taxa de Juros de Longo Prazo"), do IPCA ("Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo") e do Certificado de Depósito Bancário ("CDI"). As controladas também estão expostas ao risco de variação de índices de preço nas receitas onde as tarifas concessionárias são reajustadas pelo IPCA em sua maioria. A SCE Empreendimento e Participações S.A., controlada da SuperVia, utiliza operações de swap para gerenciar o risco de liquidez. O CDI, com valor de mercado de R\$ 336 milhões em 31 de dezembro de 2016 (2015 - R\$ 1.001,4). **4.2 Gestão de capital - Consolidado:** Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para alcançar esses objetivos, a Companhia exerce uma gestão financeira e de capital centralizada. A Companhia e suas controladas monitoram o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida, dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos e debêntures (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira podem ser assim resumados:

	2016	2015
Total dos empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 12)	1.384.852	1.362.049
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(155.381)	(155.571)
Aplicações financeiras (Nota 7)	(268.007)	(439.336)
Dívida líquida	961.464	767.142
Total do patrimônio líquido	1.151.031	1.106.787
Índice de alavancagem financeira - %	21,12	18,73
Índice de alavancagem financeira - %	46	41

**Ativos ao valor justo por meio do resultado**

	2016	2015	2016	2015
<b>Emprestimos e recebíveis</b>				
Ativos, conforme balanço patrimonial	-	-	-	-

a remuneração de mútuo, remunerado à taxa de mercado, com a SuperVia. O saldo consolidado, refere-se a remuneração prestada por acionistas para suporte financeiro. (iii) Refere-se a rateio de despesa com Centro de Serviços Compartilhados (apoio financeiro e tecnologia da informação) com o grupo.

**10. Investimentos - Controladora: (i) Investimentos em controladas e coligadas**

	Quantidade de ações possuídas		Participação direta (%)		Total do ativo		Patrimônio líquido		Lucro líquido (prejuízo) do exercício	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
	Rio Trens									
Corporation ...	8.914.802	8.914.802	60,00	60,00	2.714.552	2.581.683	616.932	603.589	13.311	27.906
Concessionária do VLT Carioca S.A.	295.802.160	172.157.464	24,93	24,88	1.267.548	1.304.712	217.516	77.615	18.557	(22.912)
OM Linha 6 Participações S.A.	30.718.426	13.607.253	70,00	70,00	31.342	12.459	31.333	12.444	(2.313)	(2.104)
Concessionária de Mobilidade Anhanguera S.A.	58.500.000	58.500.000	90,00	90,00	9.263	9.476	418	(1.296)	(86)	(5.635)

**(ii) Movimentação dos investimentos**

Investimento	Saldo no início do exercício		Equivalência patrimonial	Movimentação AAP	Saldo no final do exercício
	2016	2015			
OM Linha 6 Participações S.A.	8.710	12.230	(1.618)	-	2.609
Rio Trens Corporation	362.154	-	7.986	20	370.160
Concessionária do VLT Carioca S.A.	19.333	33.394	4.642	(3.137)	54.232
Anhanguera S.A.	-	-	376	-	376
Subtotal	390.197	45.624	11.386	(3.117)	2.609

**Provisão para perda de investimento**

	2016	2015
Anhanguera S.A.	(1.166)	1.620
31 de dezembro de 2016	389.031	47.244
31 de dezembro de 2015	348.018	29.544

**(iii) Informações sobre investimentos diretos: OM Linha 6:** Em 2016, a OM integralizou o aporte de capital no montante de R\$ 515, referente a subscrição realizada em 2015. Em 14 de março de 2016, foi aprovado o aumento de capital na OM Linha6, no montante de R\$ 20.552, com emissão 20.552.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo R\$ 11.715 pela OM, e R\$ 8.837 pela Ruasinvest Participações S.A., totalmente integralizado em moeda nacional corrente. Em 30 de dezembro de 2016, a Companhia aumentou o capital social na OM Linha 6, no montante de R\$ 5.395 com a emissão de 5.395.973 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, a serem integralizadas. **VLT RJ:** Ao longo de 2016, a Companhia integralizou o aporte de capital no montante de R\$ 26.507, referente a subscrição realizada durante 2015. Ao longo de 2016, a Companhia realizou aumento de capital na coligada VLT-RJ, no montante de R\$ 21.874, mediante emissão de 123.644.696 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo integralizados R\$ 6.887, e o restante conforme chamada da diretoria. **VLT GO:** No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a OM integralizou o aporte de capital no montante de R\$ 1.620, referente a subscrição realizada durante o exercício de 2015.

**11. Intangível - Consolidado: (i) Composição**

	2016	2015
Direito de outorga da concessão (a)	11.219	11.572
Infraestrutura (b)	2.205.831	2.097.285
Ágio sobre investimentos (c)	9.267	9.267
Outros	19.591	20.230
	2.245.908	2.138.354

**(a) Direito de outorga da concessão:** Em 31 de dezembro de 2016, a SuperVia possui ativo intangível, no valor de R\$ 11.219 (2015 - R\$ 11.572), relacionado com o direito de outorga da concessão para exploração do sistema ferroviário, sendo amortizado pelo método linear de acordo com o prazo da concessão até 2048. **(b) Infraestrutura:** Após a adoção do ICPC 01, todo custo do investimento em bens reversíveis ao Poder Concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão passou a ser tratado como ativo intangível. O cálculo da parcela mensal, do consumo da infraestrutura, considerando os benefícios econômicos gerados, é reconhecido no resultado como amortização.

	2016		2015		Taxas anuais de amortização
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Edifícios e instalações	558.560	(193.022)	365.538	43.281	2% - 4%
Equipamentos de informática	38.467	(26.295)	12.172	16.927	20%
Ferramentas e aparelhos acessórios	1.026	(682)	344	257	20%
Material rodante	715.360	(199.684)	515.676	391.759	8%
Máquinas e equipamentos	37.669	(20.957)	16.712	195.936	10%
Móveis e utensílios	7.871	(4.509)	3.362	3.435	10%
Obras em andamento	600.364	-	600.364	739.893	n/a
Veículos	1.751	(1.313)	438	576	20%
Direito de acesso à infraestrutura	727.303	(36.078)	691.225	705.221	n/a
	2.688.371	(482.540)	2.205.831	2.097.285	

(\*) Refere-se à realização de investimentos da controlada SuperVia, tais como revitalização de material rodante e inclusão de ar-condicionado nos trens, revitalização de via permanente, aquisição de novo sistema de sinalização, conforme programa de investimentos. **(c) Ágio sobre investimentos:** O saldo refere-se ao valor não alocado após aplicação do CPC15. **(ii) Movimentação**

	Ágio sobre investimentos		Marcas e patentes		Infra-estrutura		Direito de outorga		Outros	Total
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015		
Custo	9.267	716	2.243.208	25.865	45.228	2.324.284	-	-	-	-
Amortização acumulada	-	(466)	(363.802)	(13.941)	(8.879)	(387.088)	-	-	-	-
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2015</b>	<b>9.267</b>	<b>250</b>	<b>1.879.406</b>	<b>11.924</b>	<b>36.349</b>	<b>1.937.196</b>	-	-	-	-
Adições	-	-	278.897	-	-	278.897	-	-	-	-
Baixas, líquidas de amortização	-	-	(25.250)	-	-	(25.250)	-	-	-	-
Transferências	-	-	15.730	-	-	(15.730)	-	-	-	-
Amortização	-	(30)	(51.498)	(352)	(609)	(52.489)	-	-	-	-
Saldo contábil	9.267	220	2.097.285	11.572	20.010	2.138.354	-	-	-	-
Custo	9.267	716	2.512.585	25.865	29.498	2.577.931	-	-	-	-
Amortização acumulada	-	(496)	(415.300)	(14.293)	(9.488)	(439.577)	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>9.267</b>	<b>220</b>	<b>2.097.285</b>	<b>11.572</b>	<b>20.010</b>	<b>2.138.354</b>	-	-	-	-
Adições	-	-	176.262	-	-	176.262	-	-	-	-
Baixas, líquidas de amortização	-	-	(92)	-	-	(92)	-	-	-	-
Amortização	-	(31)	(67.624)	(353)	(608)	(68.616)	-	-	-	-
Saldo contábil	9.267	189	2.205.831	11.219	19.402	2.245.908	-	-	-	-
Custo	9.267	716	2.688.371	25.865	29.498	2.753.717	-	-	-	-
Amortização acumulada	-	(527)	(482.540)	(14.646)	(10.096)	(507.809)	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>9.267</b>	<b>189</b>	<b>2.205.831</b>	<b>11.219</b>	<b>19.402</b>	<b>2.245.908</b>	-	-	-	-

**32. Empréstimos, financiamentos e debêntures**

	Encargos financeiros anuais (%)		2016	2015
TJLP + 2,63/IPCA + 7,5/Pré 5,63				
CDI + 1,8 + 7,68/IGPM			1.413.275	1.258.907
Capital de giro e Bridge Loan (b)			9.543	141.749
(-) Custo de transação (c)			(37.966)	(38.607)
			1.384.852	1.362.049
Passivo circulante			67.209	175.617
Passivo não circulante			1.317.643	1.186.432

**(a) Captações estruturadas:** A SuperVia possui uma linha de crédito aprovada, no montante de R\$ 1.635.927, sujeita a remuneração de TJLP + 2,63% e Pré 5,63%, exclusivo para financiamento de parte do plano de investimento. O valor liberado até 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 1.066.203. Debêntures de infraestrutura não conversíveis em ações no valor de R\$ 300.000, para o financiamento de parte do plano de investimento sujeita a remuneração de IPCA + 7,5%. **(b) Capital de giro e Bridge Loan:** A SuperVia contratou empréstimo para pagamento de investimento não financeiros contidos no plano de investimentos. **(c) Custo de transação:** Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações. **Garantias:** A SuperVia obriga-se, em garantia do pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do financiamento, a constituir e manter, durante esse financiamento, conta reserva aberta junto ao Banco Depositário, na qual deverão permanecer depositados recursos correspondente ao saldo mínimo estabelecido em contrato. A movimentação desta conta reserva é realizada através de uma gerenciadora de recursos e pagamentos, que os efetua no âmbito do programa de investimento da SuperVia. **Prazo de vencimento:** O montante a longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Consolidado	
	2016	2015
2017	-	42.389
2018	79.328	68.653
2019	99.898	88.345
2020	99.861	88.305
2021	99.807	88.305
2022 em diante	938.749	810.435
	1.317.643	1.186.432

**13. Credor pela aquisição da concessão**

	2016	2015
SuperVia	25.589	26.361
Passivo circulante	3.572	3.572
Passivo não circulante	22.017	22.789

A concessão de transporte ferroviário de passageiros na região metropolitana do Rio de Janeiro possui o prazo de 25 anos, conforme contrato assinado em 17 de setembro de 1998, cujo prazo inicial de vigência encerrava-se no dia 31 de outubro de 2023, que foi prorrogado até o dia 31 de outubro de 2048, no montante de R\$ 28.000, dos quais R\$ 8.400 foram pagos à vista. O saldo restante após 60 meses de carência está sendo pago em 240 parcelas mensais corrigidas pela variação do IGP-M. Até 31 de dezembro de 2016 foram pagas 158 parcelas, e o saldo remanescente, ajustado a valor presente, é de R\$ 25.589 (2015 - R\$ 26.360).

**14. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido: (a) Imposto de renda e contribuição social diferidos: (i) Ativo e passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos:** A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício, considerando a compensação dos saldos ativos e passivos da SuperVia, é a seguinte:

	2016	2015
Prejuízo fiscal e base negativa	161.161	141.291
Mensuração de diferença de valor justo em combinação de negócio	(231.950)	(235.388)
Outras diferenças temporárias	(55.481)	(37.788)
	(126.270)	(131.885)

A expectativa da Administração do Grupo quanto à realização total dos créditos fiscais acima referida está prevista para ocorrer da seguinte forma:

Ano	Realização
2017	3.368
2018	8.385
2019	13.405
2020	17.002
2021 em diante	119.001
Total	161.161

**(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos no resultado**

	2016		2015	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
SuperVia	4.144	1.470	(17.396)	(6.262)

**(c) Imposto de renda e contribuição social corrente no resultado**

	2016		2015	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
OM	(9.511)	(3.432)	(4.919)	(1.779)
SuperVia	(787)	(243)	(230)	(86)
	(10.298)	(3.675)	(5.149)	(1.865)

**15. Provisão para contingências: (i)** A SuperVia é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis e estão discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas prováveis decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos. A SuperVia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados às contingências, em 31 de dezembro:

	2016		2015	
	Depósitos judiciais	Provisões para contingências	Depósitos judiciais	Provisões para contingências
Contingências trabalhistas e previdenciárias	8.573	4.117	11.079	-
Reclamações cíveis e outras	5.962	32.455	5.347	47.991
	14.535	36.572	16.426	47.991

A Administração da SuperVia, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, avalia que os encaminhamentos e providências legais cabíveis já tomados em cada processo são suficientes e representam sua melhor estimativa de perda, as quais são revisadas periodicamente. A SuperVia estima provisões para perdas em processos com base no histórico de desfechos em seus processos cíveis e em taxa média de êxito, calculado em conjunto com seus assessores externos.

**(ii) Movimentação**

	Provisões para contingências		Depósitos judiciais	
	Contingências trabalhistas e previdenciárias	Reclamações cíveis	Contingências trabalhistas e previdenciárias	Reclamações cíveis
Em 1º de janeiro de 2016	4.017	43.974	11.079	5.347
Adições	1.084	6.018	-	615
Baixas	(984)	(17.537)	(2.506)	-
Em 31 de dezembro de 2016	4.117	32.455	8.573	5.962

**(iii) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço:** A Companhia e suas controladas tem ações de natureza civil e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificadas pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, nos montantes estimados de

R\$ 295.240 e R\$ 72.190 (2015 - R\$ 251.016 e R\$ 51.451), respectivamente. **16. Patrimônio líquido: (a) Capital social e Reserva de capital:** Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 595.583, composto por 595.582.950 ações ordinárias, da seguinte forma representada:

	Número de ações		Participação no capital social (%)	
	2016	2015	2016	2015
Odebrecht Transport Mobilidade Urbana S.A.	357.349.850	357.349.850	60,00%	60,00%
Guarana Urban Mobility Incorporated	238.233.100	238.233.100	40,00%	40,00%
	595.582.950	595.582.950	100,00%	100,00%

A reserva de capital da Companhia é composta por aportes de anos anteriores no montante de R\$ 288.876. **(b) Ajuste de avaliação patrimonial:** Criada pela Lei nº 11.638/07, com o objetivo de registrar os valores que, já pertencentes ao patrimônio líquido, não transitaram pelo resultado do exercício. Os impactos desses valores no resultado do exercício ocorrerão quando da sua efetiva realização.

	2016	2015
Saldo no início do exercício	(763)	(5.392)
Ajuste de conversão de investidas no exterior	-	20
Ajuste de avaliação patrimonial	(3.137)	6.068
Ganho (perda) transação de capital	2.611	(1.439)
Saldo no final do exercício	(1.269)	(763)

**(c) Apropriação do lucro:** De acordo com o estatuto social, as importâncias apropriadas às reservas de lucros são determinadas como descrito abaixo: **(i) Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente após absorção do prejuízo acumulado, se houver, com destinação do percentual de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. **(ii) Reserva de lucros a realizar:** Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia constituiu reserva no montante de R\$ 10.931 (2015 - R\$ 5.474) com base em lucro não realizados de acordo com os incisos I e II do § 1º do artigo 197 da Lei das S.A., uma vez que o lucro do exercício supera o lucro realizado do exercício, cuja realização futura se dará nos termos da legislação pertinente. **(iii) Dividendos propostos:** A proposta de dividendos consignada nas demonstrações contábeis da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da referida lei, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197 da Lei das Sociedades por Ações, como segue:

	2016	2015
Lucro líquido ajustado	-	38.598
Destinação:		
Reserva legal - 5%	-	(1.930)
Reserva de lucros a realizar (Nota 16 (ii))	-	(10.931)
Dividendos propostos	-	25.737

**17. Receita líquida**

	2016	2015
Receita de construção	186.738	